

CONTRA A MARÉ

ENTREVISTA DE VICENTE PAULO DA SILVA A ALVARO A. COMIN

RESUMO

Nesta entrevista, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e umas das lideranças mais importantes da Central Única dos Trabalhadores, fala dos desafios que o movimento sindical terá de enfrentar em face da grave crise econômica que o país vem atravessando e diante das perspectivas de abertura comercial, nos moldes propostos pelo governo Collor.

SUMMARY

In this interview, Vicente Paulo da Silva (a.k.a. Vicentinho), President of the *Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema* and one of the principal leaders of the *Central Única dos Trabalhadores*, discusses Challenges that the Organized labor movement will have to face, in view of the serious economic crisis Brazil is going through and considering the prospect of commercial opening, in the molds proposed by the Collor administration.

Nos anos 80, pode-se dizer que o sindicalismo brasileiro andou na contramão de uma tendência dominante no mundo. Enquanto assistimos ao refluxo do movimento sindical em países onde a tradição organizativa dos trabalhadores vem de muitas décadas, como na Inglaterra, na França ou em nossa vizinha Argentina, no Brasil, estes foram anos de intenso crescimento da atividade sindical. Várias são as evidências nesse sentido.

Nesse período, o Brasil registrou um dos mais elevados índices de atividade grevista no mundo. Foram milhares de greves envolvendo dezenas de milhões de grevistas. Temos aí a consequência da persistência de um padrão de relações trabalhistas inteiramente obsoleto, dos efeitos perversos do processo inflacionário, que atua como mecanismo de subtração de renda dos assalariados e, ainda, de um processo de transição política marcadamente excludente. Mas isto demonstra também o quanto é falsa a tese de que o trabalhador brasileiro é um tipo passivo ou acomodado ¹.

O ingresso na vida sindical de uma vasta gama de trabalhadores sem um passado organizativo de destaque também foi uma das marcas dessa década. De bóias-frias a professores universitários, de garis a policiais civis, pode-se dizer que praticamente toda a força de trabalho empregada sob condições mais ou menos

(1) Para uma análise abrangente sobre a evolução das greves no Brasil, veja-se: Noronha, Eduardo. "A explosão das greves na década de 80". In: Boito Jr., *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

*formalizadas possui seus sindicatos, ainda que nem todos sejam de fato atuantes. Antes mesmo de contar com o direito à sindicalização, o funcionalismo público já se organizara em associações profissionais extremamente combativas, responsáveis por boa parte das greves mencionadas. Mesmo os baixos índices de sindicalização, argumento tradicionalmente utilizado para asseverar a fragilidade do movimento sindical brasileiro, começa a ser questionado em face das dimensões do mercado informal de trabalho no país. Se tomarmos apenas aquele universo de trabalhadores que efetivamente poderia estar sindicalizado, por se encontrar em setores formais da economia, veremos que os índices brasileiros de sindicalização podem ser superiores aos da maioria dos países europeus*².

Por fim, o fenômeno que me parece realmente notável na história sindical recente do país foi o surgimento e consolidação, em tão poucos anos, de uma central sindical com implantação e vida orgânica nacional, a Central Única dos Trabalhadores, além de outras três de implantação mais fluida e localizada, mas não desprezível, sobretudo no caso da mais jovem delas, a Força Sindical.

*A CUT possui hoje mais de 1700 sindicatos organicamente vinculados às várias instâncias que a compõem (CUTs zonais, regionais e estaduais e departamentos, federações e confederações por categorias profissionais). Quando digo que se trata de filiação orgânica é porque não basta que algum dirigente de dito sindicato possua afinidades políticas com a central ou com alguma das correntes que nela atuam, como acontece, de forma generalizada, com as demais centrais*³. *Desde 1988, todo sindicato que queira ser membro da CUT é obrigado a se filiar formalmente a ela. Isso significa que a decisão deve ser tomada em assembleias de trabalhadores e que o sindicato está obrigado a contribuir financeiramente com a central. O peso que os sindicatos têm nas instâncias representativas é proporcional ao número de trabalhadores associados e não ao número de trabalhadores na base, e está condicionado à regularidade das contribuições financeiras. Com a criação dos departamentos, federações e confederações da CUT (estruturas paralelas e independentes das oficiais), cada vez mais as pautas de reivindicações e as formas de ação dos sindicatos são decididas em âmbitos maiores (estadual e nacional) e de acordo com as estratégias mais gerais da central.*

Não é apenas o número de sindicatos filiados à CUT que dá a dimensão de sua representatividade. A esta central está ligada a maior parte dos grandes sindicatos das categorias mais importantes. Em termos nacionais, a central é hegemônica ou majoritária entre metalúrgicos, petroleiros, químicos, bancários, funcionários públicos, eletricitários, entre outras categorias de trabalhadores urbanos, além de exibir forte presença no meio rural. Quando se analisa o perfil dos sindicatos filiados à central, verifica-se que ela oferece um espelho bastante aproximado do que é o mercado de trabalho formal no Brasil em termos de sua diversidade.

Mas é possível dizer que o sindicalismo cutista rema contra a maré também em outro sentido: o da política. O desenrolar da transição política no Brasil, em particular o desfecho da eleição presidencial de 1989, e o desabamento do socialismo no Leste Europeu obrigaram as forças políticas de esquerda a repensar suas estratégias. Isso valeu inclusive para aqueles segmentos que jamais orientaram seus projetos políticos pelo modelo soviético. Assim foi, ou tem sido, com o Partido dos Trabalhadores tanto quanto com a CUT, embora as conseqüências práticas e o timing dessa revisão sejam diferentes em cada um dos casos. Algumas forças políticas de esquerda, menos

(2) Adalberto Moreira Cardoso prepara um reexame dos índices de sindicalização no Brasil, com base em recentes pesquisas sobre o setor informal em curso no Cebrap a cargo de Francisco de Oliveira e Elson Luciano Pires Silva. Esses dados deverão ser publicados brevemente, provavelmente nesta mesma revista.

(3) Ao que se saiba, por exemplo, nem o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presidido por Luiz Antônio Medeiros, também presidente da central Força Sindical, está formalmente filiado a esta central.

convencidas de seus modelos socialistas, simplesmente os abandonaram, fatalisticamente, em prol da "modernidade" e da universalidade do modelo capitalista "em triunfo". Outras correntes se aferraram de modo ainda mais definitivo a seus dogmas revolucionários e perdem rapidamente o já esquelético terreno que possuíam. A CUT e o PT, mas principalmente a primeira, talvez porque nunca tenham possuído um modelo de socialismo definido, e porque tampouco basearam suas estratégias de ação prioritariamente na pregação do socialismo, foram capazes de reagir às transformações ocorridas sem perder sua identidade, que eu definiria aqui, de forma simplista, apenas como anticapitalista, realizando sua maior proeza eleitoral ao mesmo tempo em que os muros despencavam na Europa.

No plano interno, a legitimação popular conquistada pelo presidente Collor de Mello, numa eleição que por pouco não foi vencida pelo candidato apoiado pela CUT, obrigou a central a, mesmo identificando o novo governo como adversário dos interesses populares, adotar uma postura menos refratária ao diálogo. É bem verdade que as iniciativas de negociação tripartite tentadas nestes últimos dois anos não progrediram, mas isso, creio, muito mais pela falta de disposição do governo e pela pouca representatividade das entidades patronais, do que por uma postura intransigente por parte da maior central sindical presente. O aprofundamento da crise econômica tornou mais evidente do que nunca para as lideranças sindicais a insuficiência das estratégias adotadas ao longo dos anos 80. Mesmo tendo sido, como já se disse, anos de intensa atividade sindical e grevista, para a maior parte dos trabalhadores brasileiros a situação salarial é, hoje, pior do que a de doze anos atrás e os elevadíssimos índices de desemprego atuais em nada permitem supor melhorias significativas, ao menos no curto prazo.

Paralelamente, e ainda que de um modo um tanto atabalhoado, o governo federal vem implementando medidas que poderão significar alterações mais estruturais na economia brasileira. Refiro-me, em particular, ao programa de abertura comercial, que, se for efetivamente implementado, trará enormes conseqüências para diversos segmentos da força de trabalho e, por extensão, para seus sindicatos. Em países vizinhos, como o Chile, a Bolívia e a Argentina, a combinação de recessões prolongadas, sucateamento de setores industriais e programas de abertura comercial muito abrangentes teve como uma de suas conseqüências um significativo enfraquecimento de sindicatos e centrais sindicais, antes poderosos e influentes.

O sindicalismo cutista, em que pesem as bem conhecidas divergências internas da central, já diagnosticou que vivemos um momento de inflexão política e econômica e que seu desfecho não está dado. Que tipo de modelo político-econômico prevalecerá como solução para a crise atual e quem serão seus beneficiários são questões que dependerão muito da capacidade de influência de cada ator político. O resultado desse diagnóstico é que a central se põe, hoje, de forma muito mais decidida que no passado, a tarefa de elaborar seu próprio projeto de superação da crise, assumindo uma posição mais propositiva.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, é uma das lideranças mais expressivas do sindicalismo cutista e preside um dos principais sindicatos vinculados à central: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A importância desse sindicato e a projeção de seus dirigentes, como se verá pela leitura da entrevista que se segue, não advém apenas do fato de ele ter sido o berço da CUT (e em certa

medida do PT), mas principalmente de ser ali que estão acontecendo, na prática, muitas das transformações na estrutura sindical que a central ainda nem sequer sonha ver implantadas na maior parte dos sindicatos brasileiros.

Esta entrevista foi originalmente colhida para servir de subsídio ao projeto de pesquisa "Trabalhadores, Sindicatos e Centrais Sindicais na Transição Democrática Brasileira", atualmente em curso no Cebrap, sob a coordenação de Guillermo O'Donnell, e a cargo do autor desta introdução e de Adalberto Moreira Cardoso, contando ainda com a participação de Simone Diniz ⁴.

Sem a colaboração persistente de Rosemary Segurado creio que esta entrevista não teria ocorrido jamais. A ela devo o milagre de conseguir uma hora na congestionadíssima agenda de Vicentinho, o que finalmente ocorreu no dia 10 de março deste ano. Ela ainda ofereceu importantes sugestões para o roteiro da entrevista e esteve presente durante sua realização. Por fim, devo agradecer a Vera Cristina de Souza pelo paciente trabalho de transcrição da entrevista. (Alvaro A. Comin)

(4) Essa pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico-CNPq.



Ao contrário de outros países onde os processos de transição política envolveram mecanismos de pactação, através dos quais os trabalhadores tiveram, de algum modo, espaços para negociar seus interesses, no Brasil o processo de transição foi extremamente excludente do ponto de vista dos trabalhadores. A CUT é hoje, provavelmente, o único organismo efetivamente representativo de uma parcela ampla dos trabalhadores brasileiros e tem papel absolutamente central quando se pensa na possibilidade de que os trabalhadores venham a ampliar sua influência nos processos decisórios no país. O pano de fundo recente que se coloca para todos os atores políticos é o problema da crise econômica. Quando a CUT se põe a negociar, participar de fóruns, com propostas próprias, isto significa que a CUT está orientada por algum diagnóstico da crise. Eu gostaria de saber qual o diagnóstico que a CUT, ou que você pessoalmente, faz desta crise? É uma crise de conjuntura, fruto apenas da má administração dos últimos governos, ou é uma crise mais estrutural, de esgotamento do padrão de desenvolvimento que vigorou nos Brasil nas últimas décadas?

Eu acho que o Brasil hoje vive os dois tipos de problemas que você está apontando. Em primeiro lugar, o governo Collor de Mello, com toda sua *intelligentsia*, com todas as suas cabeças pensantes e sua doutrina neoliberal, vem aperfeiçoando, orientado pelo FMI, um processo que só interessa às classes dominantes mundiais, que é fazer do nosso país um país importador de tudo e exportador de bananas. O que nós vemos é que essa política de dominação vem se aperfeiçoando. O que o governo Collor de Mello vem fazendo está dando certo do ponto de vista da orientação deles, que é a política de recessão, arrocho de salários, fragilização do mercado interno, o que na prática significa deixar o país cada vez mais dependente, seja no campo tecnológico, seja no campo da indústria e assim por diante. O outro problema, mais estrutural, é que depois de tantos anos de vigência desse projeto, mesmo que nós tivéssemos uma mudança política — vamos dizer

que o Lula estivesse na presidência —, ficam todas as seqüelas deste projeto. Hoje, parte da nossa indústria está falindo, porque o Estado protegeu as empresas, fechando os mercados, e os empresários entraram na ciranda financeira. No Brasil não existe capital de risco, essa é que é a verdade. Chega um momento em que o mundo evoluiu e a indústria brasileira, que é o carro-chefe da economia do país, ficou fragilizada, incapaz de competir com os países desenvolvidos. O Brasil está hoje entre as dez maiores economias do mundo, mas em termos de credibilidade está em último lugar. Patrão nenhum que está no Brasil investia em tecnologia porque tinha um governo que protegia de uma ou de outra maneira, ou emprestando dinheiro ou protegendo o mercado. Com esta abertura que o governo está adotando, que tem vários erros, e com a concorrência internacional, essas empresas quebram porque não têm como competir. É verdade que houve avanços tecnológicos no Brasil, tanto nos métodos de trabalho como nas novas tecnologias de produção. Só que esse avanço foi no sentido de possibilitar a maior exploração dos trabalhadores e não no sentido de ter um produto capaz de competir com o mundo. E esse é um drama que necessariamente teremos de enfrentar, por mais que o Brasil mude de direção. Se o Lula ganhar a eleição amanhã, esse desafio será ainda maior, e é isso que o movimento sindical precisa compreender. Em Moçambique, por exemplo, onde houve uma revolução, os empresários foram embora, pararam de investir e os caras têm até hoje máquinas paradas lá. O movimento sindical, sem perder sua autonomia, tem que compreender a importância de um projeto estratégico de uma indústria competitiva, que gere emprego. Pensar no futuro de um país forte é uma estratégia correta. Mas nós não podemos abrir mão de alguns pressupostos: autonomia e democracia no movimento sindical, formação de uma consciência política nos trabalhadores e a perspectiva socialista, sem confundir sindicato com partido político. Eu acho que o movimento sindical tem que estar preparado para enfrentar a grande crise conjuntural que está aí, mas também tem que estar preparado para propor saídas para a crise estrutural que está instalada. Concretamente, nós sabemos que os trabalhadores da Volkswagen, ou da Mercedes, ou da Ford, que estão sendo demitidos, 90% deles jamais voltarão para as fábricas, mesmo que a crise acabe, devido à introdução de novas tecnologias.

Vicentinho, se eu estou entendendo o que você está dizendo, que o projeto do atual governo levará à destruição de uma parte de nossa indústria, haveria uma contradição de interesses entre uma parcela da burguesia nacional e esse projeto que o Collor está pondo em curso, é isso?

Veja bem, o sistema capitalista é tão perverso que, embora a relação de exploração mais importante seja sobre nós, classe trabalhadora, que somos os mais explorados, existe também a exploração dos grandes monopólios, dos grandes cartéis contra os pequenos empresários. Por isso é que nós temos nos empenhado em dialogar com o pequeno empresário, o pequeno comerciante, o pequeno produtor rural. Nós admitimos a possibilidade de conversar com os cidadãos de bem desse país, mesmo de outra classe. Isso

ficou demonstrado com a vigília que realizamos aqui⁵, que envolveu empresários, porque este é um processo de extrema delicadeza. Eu acredito que há profundas divergências entre os empresários deste país. Agora não são divergências que nos devam fazer pensar: "Opa! Agora nós estamos avançando porque dividimos os patrões". Coisa nenhuma. Nas questões centrais eles estão sempre unidos. Quando se trata da disputa ideológica, eles estão unidos. Agora, eu não posso, no caso da FIESP, por exemplo, dizer que o Emerson Kapaz é igual ao Carlos Eduardo [Moreira Ferreira]⁶, porque aí eu estaria cometendo uma injustiça. Eu não posso dizer que o Mário Amato é igual ao Ricardo Semler⁷.

A idéia de pacto social no Brasil está muito desgastada, mas essa iniciativa recente de acordo setorial⁸ parece promissora, não?

Eu concordo plenamente com você, a palavra pacto é uma palavra queimada, mas o que é um pacto? Um pacto é um acordo. Se for apresentada uma proposta de pacto, que diz que enquanto a inflação for 10%, os trabalhadores vão receber 20% de aumento, não haverá nenhuma demissão, haverá um processo de crescimento no país, nós não vamos participar desse processo? Tem que se ver quais são as condições. Nós estamos fazendo parte desse acordo setorial, mas na hora que houver problema, e vai haver, nós vamos denunciar. O problema é que no Brasil ainda há muita falta de credibilidade, muita falta de representatividade. Na CUT mesmo ainda há muita incompreensão a respeito dessa nossa iniciativa. Mas tudo que nós fazemos aqui [em São Bernardo], é com tranquilidade, porque nós fazemos com a participação dos trabalhadores. Eles ouvem, opinam, discutem. Agora mesmo, para a nossa proposta da política setorial fizemos vários seminários e vamos fazer outros. Por isso eu acho que o movimento sindical, assim como teve o seu papel no começo, no final da década de 70, assim como teve na década de 80, também terá na de 90. Por isso eu acho que o nosso sindicalismo continua sendo o novo sindicalismo.

Como é que você vê a questão da abertura comercial?

Eu acho que é burrice nós nos omitirmos na discussão a respeito do mercado mundial, porque a economia está internacionalizada. O que nós queremos é que a classe trabalhadora também se beneficie desse processo de internacionalização. É impossível você ter, hoje, uma política isolacionista. Por isso eu fui à Ford, nos EUA, porque nós temos uma visão muito clara do capital estrangeiro, como é que ele poderia entrar aqui, qual é a nossa opinião sobre a entrada ou do automóvel ou da fábrica de automóveis etc. O que o governo está fazendo é seguir rigidamente as orientações dos grandes grupos dominantes mundiais, deixando o nosso país completamente esfaçoado. Os caras vêm aqui para explorar a nossa mão-de-obra de graça, deitar e rolar. Na visão deles eles estão corretos. Agora, do ponto de vista de um país que é o mais importante da América Latina, com um mercado importante como é o mercado brasileiro, hoje infelizmente muito reduzido, a visão tem que ser outra. Mas não, no momento em que o país está em crise,

(5) Na noite do dia 13 para o dia 14 de dezembro de 1992, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo promoveu uma vigília cívica contra a recessão econômica que contou com a presença do governador do Estado de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho, da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, do presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, além de inúmeras lideranças do meio sindical e empresarial.

(6) Candidatos à sucessão de Mário Amato na presidência da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp-Fiesp), nas eleições de julho de 1992. Moreira Ferreira lidera a chapa de situação, enquanto Kapaz, dirigente do Pensamento Nacional das Bases Empresariais-PNBE, lidera os setores oposicionistas do empresariado paulista.

(7) Empresário que implementou sistema de participação dos trabalhadores na gestão e no lucro de suas empresas, considerado dos mais avançados no Brasil.

(8) Trata-se do acordo firmado entre as montadoras de automóveis, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o governo federal e o governo do Estado de São Paulo, que reduziu em 22% o preço dos automóveis para o consumidor. Pelo acordo, as empresas deveriam reduzir suas margens de lucro, não aumentar os preços por três meses (exceto para repassar aumentos de custos) e não demitir trabalhadores; o sindicato postergaria pelo mesmo prazo o acordo final de sua data base; e o governo do estado abriria mão de uma parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

o governo toma atitudes covardes. Ao invés de enfrentar o debate com as montadoras, fazer um diagnóstico e perceber as discrepâncias que existem em relação a outros países, nos níveis salariais, no tratamento que é dado à mão-de-obra, nos impostos, nos lucros, na matéria-prima etc., ele vai e abre o mercado dizendo que isso é ser moderno. Num momento de crise, abrir o mercado não vai estimular a modernização. Abrir de uma forma descontrolada não vai estimular a concorrência no Brasil. Vai é quebrar muitas empresas. Eu não tenho dúvidas disso. No Brasil sempre houve leis que protegeram o mercado, o que foi completamente errado. Só que do jeito que eles estão querendo abrir é a mesma coisa que você ter uma caixa de água cheia e, ao invés de você abrir a torneira, você arranca o fundo. Vai ser um desastre para o país. Um desastre muito grande. O Japão, que domina quase que o mundo inteiro, é o maior fabricante de automóveis do mundo, tem leis que protegem o seu mercado interno. Os EUA foram lá no Japão pedir bênção para que a indústria americana seja protegida. No Brasil não acontece isso. Eu acho que a entrada de produtos importados tem que ser coerente com a exportação, tem que ser coerente com o crescimento do mercado interno, tem que ser a consequência de tudo isso, e não servir apenas para pagar a dívida externa. Temos que ter como objetivo melhorar a distribuição de renda no país, e tem que ser de uma maneira controlada para que o país se coloque em condições de igualdade. No caso do Mercosul, por exemplo, nós não queremos que o Brasil e os países do Cone Sul se transformem em uma plataforma para gerar riqueza de uma forma mais organizada para pagar a dívida externa.

O problema da modernização pela introdução de novas tecnologias é que, freqüentemente, essas tecnologias são poupadoras de mão-de-obra, ou seja, geram desemprego. No caso do Brasil, que parte de uma situação de atraso em relação aos outros países, como é que se pode conciliar modernização com crescimento do emprego e redistribuição de renda?

Mesmo num país capitalista como a Alemanha, por exemplo, o que é que eles têm feito lá para evitar esse problema? Ao se introduzirem novas tecnologias, e isso também se deve à pressão decisiva do movimento sindical, ocorre a redução na jornada de trabalho. Lá já se trabalha 35 horas semanais no setor metalúrgico. Então a máquina não tira o emprego, porque a redução acontece e se absorve toda a mão-de-obra. É verdade que há um percentual muito alto de desemprego lá, mas, mesmo assim, o Estado trata os seus cidadãos com dignidade, não é como aqui onde o seguro-desemprego é uma vergonha. Nós também não podemos cometer a burrice de ser contra o avanço da tecnologia, porque isso é muito positivo. O problema está no resultado: você ter investimento tecnológico que implique se ganhar muito mais e produzir muito mais, obtendo qualidade para poder produzir para qualquer país. Agora, o que nós queremos é que o resultado disso seja para o coletivo e não apenas para os grupos econômicos, como é hoje. Nós temos, mesmo com a tecnologia, que investir no velho problema brasileiro que é o da distribuição de renda, reduzir as margens de lucro para dividir com os

trabalhadores. A concentração de renda no país é umas das maiores do mundo.

E qual é a mágica para se desfazer isso? Porque não dá para dizer que o problema está apenas na mentalidade do empresário brasileiro que é atrasado, reacionário...

Mas o problema é que eles têm o poder. O problema é que são eles que mandam. O empresariado brasileiro tem poder. É um problema de cultura, e são eles os caras que mandam. É por isso que é preciso ter um processo de transformação nacional mais profundo. Veja o exemplo do IPTU. O que é que aconteceu? Fizeram uma revolução por causa de um projeto que é justo. É por isso que nosso investimento estratégico tem que ser o de consolidar a hegemonia dos setores progressistas do nosso país, refiro-me ao PT, que é o nosso partido, e manter nossa base organizada para enfrentar o desafio permanente de conscientizar o povo brasileiro. Eu não acredito que os caras, de mão beijada, vão dizer: "Olha, agora eu estou com pena, estou preocupado com o futuro, eu vim aqui vender meus produtos, então vamos dividir aqui os lucros". Nós temos o exemplo do Ricardo Semler, que é um exemplo positivo até um certo ponto. Lá se conquistou quarenta horas semanais de trabalho, comissão de fábrica, lá se conquistou participação dos lucros. Em poucos anos a empresa se multiplicou por cinco. É um processo envolvente, onde os trabalhadores participam. O importante é que os trabalhadores, ao participarem desse processo, não esqueçam que eles continuam sendo trabalhadores explorados e que não podem parar por aí.

Em relação ao capital estrangeiro, é visível que a CUT tem hoje um discurso diferente do que tinha há dez anos. Você, por exemplo, foi aos EUA negociar com a Ford, uma multinacional, para que ela desistisse de fechar uma de suas unidades em São Paulo. Lendo o que você escreve, lendo o seu artigo de ontem no Estadão⁹, fica claro que o capital estrangeiro não é mais uma coisa indesejável. Afinal, o que mudou? Mudou a CUT, ou mudou o capitalismo?

Nem mudou a CUT, nem mudou o capitalismo. Os dois continuam do mesmo jeito. O capitalismo, um sistema superexplorador, criminoso, assassino, selvagem. E a CUT, combativa, revolucionária, independente, democrática de massa e de base. O que mudou foram as pessoas, foi o governo brasileiro. O que mudou foi o comportamento de alguns empresários e portanto a nossa própria reflexão. Aqui a autocrítica é uma coisa comum entre nós. Nós reconhecemos que não basta apenas pedir aumento hoje, porque esse aumento vai ser comido pela inflação no mês seguinte. Hoje, a gente percebe que as razões pelas quais neste país a miséria é absoluta é por causa da grande política que é direcionada lá de cima. No princípio, nós tínhamos um movimento sindical novo, muito jovem, mas nascido debaixo de uma ditadura militar. O grande objetivo, então, era derrubar a ditadura militar, o inimigo principal. Depois nós tivemos um novo governo, que veio com um discurso diferente da ditadura militar, que tinha um ministro que era trabalhador do nosso sindicato, o Almir Pazzianotto, que

(9) Artigo publicado no caderno de economia do jornal *O Estado de São Paulo*, em sua edição de 9 de março de 1992, tratando do acordo setorial com as montadoras de veículos automotores.

veio com uma mensagem de liberdade, de democracia, mas com uma prática que era a mesma de antes, tentando convencer este povão que está por este Brasil afora e que, afinal, é quem vota, quem chia. Por fim, nós temos hoje um presidente da República que usa a sua imagem pessoal e que sabe manipular muito bem a mídia. Esse negócio de sair em campanha no Nordeste com o frei Damião no colo, sair jogando bola, correndo, você nem imagina o efeito que isso pode ter na cabeça de um povo como o nosso, que está tentando se desafogar. Então, além da luta de base, nós temos que estar a par do debate nacional, intervindo na mídia junto à sociedade, porque se um trabalhador daqui de São Bernardo é capaz de compreender um discurso que a gente faz, muitos não compreenderão. Então como é que você vai tratar dessa questão com o povo? A CUT, quando ela aprova em seu congresso que a central deve atuar como sujeito social se ocupando de questões como ecologia e política industrial, que são temas de interesse para a classe trabalhadora, e quando ela decide prestar solidariedade ao movimento popular, respeitando a sua autonomia, isso é um grande salto para uma central. É por isso que a CUT é hoje a maior central da América Latina e de fato está credenciada para defender os direitos da classe trabalhadora.

Ainda sobre a questão internacional, muito se diz, no meio sindical, que a internacionalização da economia deve ser acompanhada de um estreitamento das relações entre o movimento sindical dos vários países. Só que, ao que tudo indica, a internacionalização da economia é um processo muito mais rápido do que o processo de internacionalização do movimento sindical. Quanto se avançou nisso?

Veja bem, a classe dominante anda de avião. Ela faz um monte de coisas que a gente não pode fazer. Nós não temos rádio, não temos televisão, não temos jornal, não temos nada. A relação da classe dominante com os seus subordinados é uma relação de ódio e de dominação, e ela introduz uma ideologia dominante que nos divide, que nos faz corporativistas, que nos faz ficar isolados. Então, esse processo, de fato, é um processo muito mais difícil para o movimento sindical. Mas eu acredito que, ao longo desta década, a compreensão de uma era internacional fortalecida, independente, de respeito aos povos, tenderá a evoluir.

Por exemplo, no caso do Mercosul...

No caso do Mercosul nós já tivemos reuniões para discutir com o pessoal do Cone Sul a questão da indústria automobilística, e já tivemos reuniões para discutir uma política sindical que garanta os direitos de cada sindicato e que, se for para ser alterada, tem que ser para evoluir. A gente tem dado passos.

Há uma convergência de interesses entre os trabalhadores desses países?

Tem. Tem muitos interesses em comum.

Qual a avaliação que você faz da possibilidade da integração do Cone Sul, em termos do impacto sobre o mercado de trabalho?

Olha, nós temos que, primeiramente, fazer um diagnóstico, um estudo do que significa a indústria, a classe operária, o mercado na América Latina. O Brasil, de fato, sob todos esses aspectos, é o país mais importante e o maior. No nosso entendimento, e no entendimento de companheiros de outros países, não dá para você desenvolver uma política no Mercosul que preveja, por exemplo, tirar emprego daqui para gerar lá, ou tirar emprego de lá para gerar aqui. Tem que haver um desenvolvimento coletivo. Nós descobrimos, por exemplo, que em nenhuma das 24 cartas que foram assinadas por vários governantes dentro do Mercosul, em nenhuma delas, tem alguma coisa que fale em consultar os trabalhadores. Então, nós estamos nos sentindo prejudicados por não participarmos desse processo. Nós entendemos que o Mercosul é importante se houver crescimento para todos. A solidariedade é importante inclusive para os países avançados, mesmo para países como a Alemanha. Não se trata de uma solidariedade do primo rico com o primo pobre. Eles precisam da gente. Se nós tivermos aqui um sindicalismo atrasado, de puxa-sacos, isso prejudica a eles, porque o capitalista vai preferir investir aqui, onde ele pode explorar a mão-de-obra. Então eles sempre torcem para que a gente avance aqui, para ver se retêm o investimento lá. Existem ainda as posições unificadas a respeito da dívida externa, que nós tiramos em dois congressos internacionais que nós realizamos, um em Cuba e outro aqui em Campinas. Fizemos recentemente aqui em São Paulo seminários reunindo vários sindicatos de metalúrgicos da América Latina. Enfim, essa integração é possível, mas não é fácil, porque enquanto os patrões fazem isso como prioridade, para nós, mesmo sendo prioridade, o nosso povo está passando fome, então tem que lutar por salário hoje, para ganhar tem que brigar. O nosso povo está querendo emprego, e para ter emprego também tem que brigar e assim por diante.

Como foi o seu contato com os sindicalistas norte-americanos?

Foi muito importante. Importante porque nós quebramos muitas barreiras. Eu cheguei lá e descobri que nem todo mundo é pelego, como é o Magri, como era todo aquele grupo de sindicalistas que viviam indo para lá. Lá tem muita gente séria. Nós abrimos muitos canais e foi aprovada a realização de um seminário aqui em São Bernardo, neste ano, para discutirmos a questão do futuro da indústria automobilística.

Mesmo lá nos EUA há uma tendência de as empresas saírem dos centros industriais mais tradicionais, como Detroit, onde os sindicatos são mais organizados, e irem se instalar no norte do México, por exemplo.

Perfeito. Mas aí eu não sei se é exatamente pela ação do sindicato, no caso dos EUA. Porque muitos sindicatos lá são administradores da própria empresa, se preocupam em fazer propaganda, do tipo "americano compra carro americano". Eu acho que a indústria americana também está defasada com referência à indústria japonesa, que hoje já domina 25% do mercado americano. O caso do México é o seguinte: eles vão, maquiagem o carro e trazem de volta. Vão lá, montam e trazem de volta. É exploração de um país

sobre o outro. Os trabalhadores americanos estão preocupados em não perder o emprego, e os trabalhadores mexicanos estão preocupados porque estão ganhando pouco. É claro que isso tudo é falado de uma forma generalizada, porque nos EUA você tem setores do movimento sindical que são muito atrasados, muito divididos, mas eles têm também o papel deles nesse processo.

Uma pergunta meio provocativa. Ontem [9 de março de 1992], no mesmo caderno do Estadão onde saiu o seu artigo, saiu uma entrevista com o Gilmar Carneiro [secretário-geral da executiva nacional da CUT], na qual ele dizia que a luta de classes acabou e que a luta agora é pela cidadania. Eu gostaria que você traduzisse isso para mim.

Quero dizer que o Gilmar não falou isso. Ele nãoalaria. Eu sempre vejo com cuidado o que sai nos jornais. O Gilmar nãoalaria isso. O que o Gilmar deve ter dito é que a luta de classes, tal como foi desenvolvida nos anos 70, a luta armada, não é mais adequada ao momento político. Ele pode ter dito isso. Ou ele pode ter dito que, além das bandeiras que nós já empunhamos, nós temos que acrescentar mais uma, que é a luta pela cidadania, e entrar no grande debate nacional sobre isso. Eu sempre vejo com restrição o que é dito nos jornais, porque eu também sou vítima de distorções.

No Concut¹⁰ eu ouvi várias vezes no plenário a afirmação de que a fase da "CUT movimento" tinha chegado ao fim e que agora tinha chegado o momento de a CUT se consolidar enquanto instituição. Qual o sentido dessa afirmação?

Nós defendemos o perfil de uma central que atue nos movimentos e disso nós não abrimos mão. O que nós achamos é que, se a CUT quer se credenciar para representar os direitos dos trabalhadores, ela tem que ser muito mais organizada, muito mais representativa. Por isso, nós queremos que a CUT se consolide de verdade como uma central sindical, e não apenas como um movimento, uma coisa assim: "Vamos fazer um Congresso. Aí reúne 50 mil pessoas e é uma festa". As coisas não podem mais ser assim. Nós achamos que a CUT tem que se consolidar e nós estamos caminhando para isso.

Você acha que o congresso, da forma como foi realizado este último, continua sendo a forma mais democrática de se tomar decisões?

Eu tenho algumas opiniões a respeito desse nosso congresso e a forma como ele foi organizado. Eu acho que essa forma de fazer congresso está sepultada. Se nós realizarmos o próximo congresso da mesma maneira que realizamos esse estaremos cometendo um erro histórico, porque foi uma coisa muito destrutiva. Qualquer companheiro que tem responsabilidade, num congresso como esse, ao entrar no plenário entra se sentindo mal. Entra pior do que se fosse enfrentar a polícia na ocasião de uma greve, porque se sente acuado ou se sente como se estivesse acuando um outro companheiro. Isso gera um clima que eu não gostaria que existisse no nosso meio. As

(10) IV Congresso Nacional da CUT, instância máxima de deliberações da central, realizado em São Paulo, em setembro de 1991.

divergências podem ser tratadas de outra maneira, com firmeza, mas com um outro relacionamento. Acho também que se gasta tempo demais discutindo teses abstratas, ou a conjuntura, e os delegados não têm sequer a oportunidade de se informar sobre o que está se passando nos outros estados do país. Acho também que não dá mais para fazer um congresso em que as pessoas vão lá para defender teses não porque querem ver as teses aprovadas, mas porque querem ser a maioria na direção da CUT. É por isso que nesse aspecto eu defendo a seguinte tese: deve haver um congresso onde se discuta plano de ação, teses, objetivos, lutas etc. sem que se esteja disputando a direção da central. A eleição da direção seria feita em outro momento e na minha opinião essa eleição deveria ser através do voto direto

Voto direto? Todos os sindicalizados?

Voto direto de todos os trabalhadores sindicalizados em entidades filiadas à CUT. Através do voto dos trabalhadores associados em nível nacional. Todos votando para a direção. Acho isso uma coisa possível. Os jornalistas já fazem isso, embora se trate de uma federação, a alimentação faz isso, e outros fazem isso. Eu preferiria que o companheiro Jair Meneguelli tivesse sido eleito com 50% mais um dos votos de milhões de trabalhadores sindicalizados neste país, do que com 50% mais um dos votos de um plenário como aquele. Mesmo porque na base a correlação de forças é diferente daquela de um congresso. Eu não estou contestando a representatividade da CUT. A CUT, hoje, está muito bem enraizada, houve vários congressos estaduais, regionais e assim por diante, mas eu acho que é um passo revolucionário a gente abrir a cabeça para pensar nessa possibilidade. Isso poderia até implicar alterações na forma de eleição dos sindicatos.

Como você acha que seria possível romper com essa dinâmica de tendências no interior da CUT?

Eu acho que quando você leva o processo de decisão para as bases as tendências acabam se diluindo. E se diluem ou porque são pequenas, ou porque deparam com a realidade concreta de trabalhadores que não pertencem a tendência nenhuma. Aqui no nosso sindicato nós temos companheiros que pertenciam a tendências e que ao depararem com a realidade, com o dia-a-dia dos trabalhadores, abandonaram suas tendências. Eram companheiros da Convergência [Socialista], do PC do B e outros. E eu acho que ao levar o congresso para as bases nós podemos inclusive ajudar esses companheiros, que estão emperrados porque estão comprometidos com discursos atrasados, que fazem com que eles se matem numa briga encarniçada.

A impressão que se tem é que boa parte do que é aprovado em congressos não é executada, pelo menos por aqueles setores que pensavam diferente e foram derrotados.

O problema é que ninguém cobra. E isso porque muito pouca gente participa. Na medida em que as decisões sejam tomadas por um número

muito maior de pessoas, haverá também muito mais gente para fiscalizar o que está sendo feito.

No caso deste último congresso, em que coisas absolutamente centrais foram aprovadas por maioria escassa, de trinta ou quarenta votos ¹¹, me parece um tanto presumível que os setores derrotados não cumprirão as decisões com as quais não concordem.

É bom você lembrar que as questões que foram decididas em votações muito apertadas foram as questões relativas a posições políticas. Não eram questões do plano de ação. As questões de plano de ação até que foram encaminhadas de modo mais tranquilo. Eu me lembro que, nesse congresso, um debate que consumiu muito tempo foi sobre uma coisa passada: saber se o Meneguelli devia ou não ter ido conversar com o governo ¹². Isso foi um absurdo. Agora, é bom lhe informar que hoje a CUT conseguiu estabelecer uma dinâmica muito boa de relacionamento. Todos estão se sentindo responsáveis pelo processo de decisão. Nós estamos amadurecendo. Por mais que no calor da disputa a gente diga coisas desagradáveis, nós temos que compreender que estamos todos juntos num mesmo barco, e que precisamos estar abertos para caminhar juntos.

Mas independentemente disso me parece que as disputas entre correntes cutistas pelo controle dos sindicatos estão se tornando cada vez mais freqüentes. É cada vez mais comum assistirmos a eleições sindicais, inclusive em sindicatos importantes como dos bancários de São Paulo e do Rio de Janeiro, em que duas chapas da CUT travam brigas ferozes. Essas são disputas motivadas por diferenças de concepção ideológica ou pelo controle da máquina sindical?

Eu acho que, como nós estamos vivendo um momento onde muitos companheiros estão comprometidos com o que disseram, que a revolução ia acontecer tal dia, tal hora e não aconteceu, a saída que eles encontram é dizer que a culpa é da direção. É um discurso inconsequente, mas que tem alguma irradiação. E tanto a realidade é outra que os acontecimentos do Leste Europeu estão aí para provar. Como o choque é muito grande, alguns companheiros se apegam aos aparelhos. Me preocupa muito o fato de ver chapas da CUT travando disputas entre si. Mas eu não acho que isso não deva acontecer nunca. Mesmo porque nós não podemos imaginar que todos nós da CUT somos maravilhosos e que todo mundo que está fora da CUT são as pestes. Nós temos que acabar com esse maniqueísmo. Tem gente de sindicatos não ligados à CUT que é muito mais coerente, muito mais consequente do que gente que está dentro da CUT. Mas eu defendo a tese de que se criem comissões de ética para começar a apurar os comportamentos nas eleições sindicais que ocorrerem daqui para frente. Porque às vezes ocorre o mercantilismo e se gasta muito dinheiro nas eleições sindicais. Tem eleições sindicais em que se gasta mais do que em eleições para governador ou prefeito.

Isso talvez se deva ao fato de o sindicato oficial possuir o monopólio da representação. Porque, em última instância, quem senta para negociar com o patrão é o diretor do sindicato oficial.

(11) Participaram desse Congresso, com direito a voto, 1554 delegados, representando 1679 sindicatos.

(12) Em setembro de 1991 o governo convidou empresários e líderes sindicais para uma rodada de negociações que se pretendia redundassem em acordos para o controle de preços e a redução da inflação. Nesse episódio, parte da CUT se posicionou contrariamente à participação da central no chamado "entendimento nacional". A maioria da executiva, porém, decidiu que a central deveria comparecer às reuniões. Esse se transformaria em um dos temas mais polêmicos do congresso.

Não é verdade. Nós não podemos dizer que o sindicato está aqui negociando com o governo ou com o patrão porque ele é o sindicato oficial, mesmo porque neste sindicato aqui nós fizemos um verdadeiro esvaçalhamento, quebramos toda a estrutura sindical, e ele não é um sindicato oficial por causa disso. Com a nossa prática, quebramos o corporativismo, quebramos as orientações dos pelegos. Foi a maior briga, criamos uma estrutura paralela à federação, democratizamos¹³. Eu me lembro que quando nós fomos cassados aqui, em 1983, foi empossada uma direção interventora e nós ficamos numa garagem, sem dinheiro, sem telefone, sem nada. A direção interventora foi negociar e não deu em nada, ficaram desmoralizados. Os patrões falaram: "nós vamos negociar é com a diretoria cassada". Então, eu acho que o que manda hoje é a representatividade. E não dá nem para fazer um paralelo entre os sindicatos oficiais e o nosso.

Tudo bem, mas você está falando do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que sempre foi um exemplo em termos de organização. Mas pensando na maioria dos sindicatos brasileiros, muito menos organizados do que este, com um índice de sindicalização muito menor do que o de vocês, o controle sobre a máquina é importante.

Agora eu entendi a sua questão. Tudo bem, o sindicato é uma estrutura, é uma máquina, é um aparelho. Controla o imposto sindical e tudo mais. Mas aí a questão é: ou você pega esse aparelho e usa em prol da classe trabalhadora, democratizando, dinamizando, sendo transparente, ou você usa para si. Eu acho que essa é a postura típica dos líderes sindicais conservadores em nosso país. Mas também têm desvios de companheiros cutistas que pegam os sindicatos, não para obter benefícios pessoais, mas de uma maneira ou de outra para beneficiar a sua corrente política. Isso acontece.

Tomando a questão do imposto sindical. O sindicato de São Bernardo devolve o imposto aos trabalhadores, o de Santo André também. Mas se você pensar, mesmo entre os sindicatos cutistas, a maioria não devolve. E o fim do imposto é uma bandeira histórica da CUT.

Mas isso se deve a uma debilidade do movimento sindical brasileiro. Há uma debilidade do movimento sindical brasileiro que se reflete principalmente no índice de sindicalização. E é uma debilidade, muitas vezes, da direção. Aqui, em 1980, nós tínhamos 34 mil sindicalizados, agora nós temos 90 mil sindicalizados. Nós não temos esse problema. Mas o fato é que no Brasil a minoria dos trabalhadores é sindicalizada. Eu mesmo, quando eu vim do Rio Grande do Norte para cá, o sindicato para mim era um clube. Eu fiquei sócio porque era o lugar onde eu podia encontrar muita gente, ouvir histórias etc.

Você não acha que o desconto assistencial é uma forma camuflada de reintroduzir o imposto sindical?

Pode até ser. Mas o problema não é o dinheiro. O problema é a forma como se desconta. Nós somos contra o imposto sindical, não contra o

(13) A CUT criou em março de 1992 a Federação Estadual dos Metalúrgicos de São Paulo, organismo paralelo à federação oficial, e se prepara para criar uma confederação nacional, desvinculando seus sindicatos de base da estrutura sindical oficial. Isso implica, entre outras coisas, impedir que as federações oficiais tenham acesso à parcela que lhes caberia do imposto sindical recolhido pelos sindicatos. Pela estrutura oficial, cada sindicato, independentemente do tamanho de sua base ou do número de associados, tem direito a um voto na eleição da federação a que pertence, e as federações, na eleição da confederação. Isso explica por que a CUT, mesmo representando em várias categorias a imensa maioria dos trabalhadores por controlar os maiores sindicatos, como é o caso de metalúrgicos e bancários, não consegue controlar as instâncias federativas e confederativas oficiais.

dinheiro. Porque o dinheiro que nós recolhemos é muito bem aplicado. Nós temos duas assembléias por ano aqui apenas para expor as finanças. Já sofremos quatro intervenções, os caras [interventores designados pelo Ministério do Trabalho] fizeram várias auditorias e nunca descobriram um centavo errado aqui. O problema do imposto sindical é que esse dinheiro é descontado, e o trabalhador não decidiu se queria descontar.

Mas no caso do desconto assistencial, embora seja decidido em assembléia, em muitos sindicatos se faz uma assembléia de dois mil trabalhadores e depois se desconta de cem mil. O desconto é quase compulsório, porque o próprio trabalhador tem que procurar a empresa para pedir que não desconte.

Veja bem. Nós não podemos imaginar que a massa esteja correta em tudo. Ela estava errada quando condenou Jesus Cristo, ela estava errada quando apoiou o Hitler e ela está errada quando não participa das assembléias do sindicato. Porque se não, como é que vai fazer? Pára o sindicato? E é com essa contribuição que todos os trabalhadores se beneficiam quando o acordo é feito. Quando fechamos um acordo para a categoria não é apenas o trabalhador sindicalizado que se beneficia, não é apenas o trabalhador que participa de assembléia que se beneficia, mas todos aqueles que nunca vieram aqui.

A CUT cresceu muito em termos de conquistar novos sindicatos. Possivelmente já nem possa crescer no mesmo ritmo hoje porque já conquistou o que tinha de mais importante no cenário sindical, com poucas exceções. No entanto, o sindicalismo brasileiro ainda permanece, grosso modo, um sindicalismo de porta de fábrica. Isto é, o dirigente sindical vai até a porta de fábrica, mas não entra. Esse me parece que talvez seja o grande desafio para o sindicalismo combativo daqui para frente. Como você avalia isso?

Realmente esse é um grande desafio. Novamente nós temos que destacar, com modéstia, que aqui nós temos tido um trabalho importante nesse sentido. Aqui em São Bernardo nós temos vários grupos de fábrica clandestinos, nós temos as Cipas, as comissões de fábrica. A nossa imprensa tem um conselho editorial de trabalhadores, diretores e técnicos. Nós temos departamento jurídico, de saúde, temos grupos de trabalhadores, comissão de mobilização, enfim, estamos sempre mobilizados. Por isso quando nós tomamos uma decisão como aquela de não participar da greve geral ¹⁴, é porque nós estamos muito bem embasados, ouvindo a vontade dos trabalhadores e debatendo com eles. Vou falar para você uma coisa que, isto sim, é uma questão de concepção sindical: existem companheiros que têm uma concepção de que sindicato tem que ser sindicato de militantes. Outros confundem sindicato com núcleo de partido político e outros ainda acham que sindicato não é para chegar nem na porta da fábrica. Porque não é todo mundo que vai para porta de fábrica. Eu acho que essa é uma questão muito importante. Nós aqui fizemos um debate para definir qual é a estrutura sindical que nós queremos. E definimos a tese de termos uma estrutura vertical da CUT, com sindicatos estaduais, com sedes municipais e com a

(14) Os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema não aderiram à greve geral convocada pela CUT em maio de 1991. A categoria acabava de encerrar uma longa campanha salarial no decorrer da qual protagonizara uma greve de quase um mês.

criação das comissões sindicais de base dentro das fábricas, que não são as comissões de fábrica, são comissões sindicais de base.

Gostaria que você falasse um pouco sobre isso. Você acha que essa comissão sindical de base substitui a comissão de fábrica?

Não substitui não. A comissão de fábrica é composta por associados e não associados e representa os interesses dos trabalhadores no cotidiano. No nosso entender a comissão sindical de base é a implantação do sindicato dentro da fábrica. É uma comissão composta por trabalhadores sindicalizados, que vai levar a política definida nos congressos sindicais. Então é possível que você tenha uma comissão sindical de base, uma comissão de fábrica, uma comissão sindical de base da CUT, e pode ter comissão de sindicalistas de outra central. Isso tudo é possível num mesmo local de trabalho.

Então você admite a existência de diversas instâncias de poder?

Se os trabalhadores quiserem, não vejo problema. Nós nos baseamos no seguinte pressuposto: os trabalhadores são as autoridades máximas para tomar essas decisões. Aqui em nossa categoria nós decidimos que ao invés de ter 32 sindicatos, como tem hoje na Volkswagen ou em qualquer outra empresa — porque tem sindicato de médicos, de jornalistas, de condutores —, todos pertencem a um só sindicato, que é o sindicato majoritário, o dos metalúrgicos.

Agora, a comissão de fábrica tem que estar subordinada ao sindicato?

Não. Comissão de fábrica não. Comissão sindical de base sim. Comissão de fábrica não deve porque ela é autônoma.

Até onde vai o poder dela ou, digamos, até onde vai a agenda dela?

Ela vai até onde ela estimule a organização interna. Ela não pode quebrar a unidade da categoria. Vamos supor que nós estamos numa negociação. A negociação é coletiva, então se uma fábrica decide que sim e outra decide que não, aí começa a dividir. Aí fica complicado. É por isso que politicamente, e não organicamente, nós mantemos aqui uma coordenação de comissões de fábrica, para que haja um entrosamento entre elas. As decisões têm que ser políticas e não técnicas.

O projeto original da CUT era criar uma estrutura vertical baseada em departamentos por ramos de produção e não por categorias profissionais. No entanto, o que acabou vingando foram os departamentos, federações e confederações por categorias. Em que a estrutura construída pela CUT difere da estrutura oficial, também baseada em federações e confederações profissionais?

Eu acho que a diferença fundamental é que as federações e confederações oficiais são antidemocráticas, cupulistas e não são representativas. As nossas são democráticas porque suas direções são eleitas em congressos de trabalhadores. Além disso há uma coordenação que é dada pelas CUTs

estaduais no caso das federações estaduais, e pela CUT nacional no caso das federações nacionais. No nosso caso há muita ligação entre a estrutura horizontal e a vertical.

A estrutura sindical brasileira é curiosa, porque nós temos a unicidade na base, isto é, no sindicato, e a pluralidade em todas as demais instâncias. Hoje nós temos federações oficiais e federações cutistas, nós temos diversas centrais sindicais: CUT, Força Sindical, CGT...

Mas é por isso que nós somos contra a unicidade sindical. Nós lutamos contra isso na Constituinte. Nós defendemos que os trabalhadores devem ter a autoridade para definir como querem organizar sua própria casa. Nós somos contra a idéia de impor a unificação de modo legal. E o trabalhador, se ele tiver liberdade de escolha, naturalmente vai optar pela unidade.

Talvez, mas se você olhar para os países onde vigora o pluralismo sindical, França, Itália, Espanha, na prática, existe a pluralidade, vários sindicatos de uma mesma categoria em uma mesma base territorial.

É verdade, mas eu não tenho medo disso não. E você tem que ter uma visão global. Você vai na Itália é assim, na Espanha é assim, mas as condições de vida, de salário, de participação sindical são muito melhores do que aqui. De que adianta aqui a gente ter dez sindicatos se o número de sindicalizados é baixo? Prefiro ter um com um índice alto. Depende de qual é a realidade. Na Itália eles têm condições de atuar conjuntamente, já fizeram greves conjuntas. Na Espanha é a mesma coisa. Eu tive a oportunidade de verificar que em Portugal também é assim. E sabe o que acontece lá, companheiro? Eles optam nas fábricas por uma central.

Por falar em pluralismo, como é que você vê a Força Sindical? Tem fôlego? Existe espaço no Brasil para uma central ideologicamente alternativa à CUT, no caso, uma central que defenda o capitalismo, ou pelo menos é isso que o Medeiros diz que defende?

Fôlego tem, mas é um fôlego sustentado pela cúpula dominante deste país. Acho que a Força Sindical, por mais que eu respeite, ela é uma criação, é obra do neoliberalismo. É uma central que está aí para tentar impedir o crescimento da CUT. Mas acho que há espaço para isso, embora não ache que esse espaço seja maior que o da CUT. Eu ainda acredito mais na coerência dos trabalhadores e na sua capacidade de discernimento.

Para encerrar, como é que você vê a possibilidade de um governo petista? Isto é, qual seria a postura do movimento sindical cutista diante de um governo do PT? Você disse que se o Lula fosse presidente as coisas seriam diferentes, mas seriam diferentes em quê?

Com o Lula haveria credibilidade e participação. Com o Lula haveria um processo de distribuição de renda. Então seria outra realidade. Agora, da autonomia sindical nós não podemos abrir mão jamais.

A experiência das prefeituras petistas colocou o movimento sindical diante de situações inteiramente novas. E nós vimos desde a liderança sindical que, diante de um aliado do outro lado da mesa, passou a balizar sua pauta de reivindicações levando em conta as dificuldades orçamentárias e os compromissos de governo assumidos pelo prefeito, até aqueles que, por estarem diante de um representante eleito pelo PT, julgaram que era hora de obter tudo aquilo que não foi possível obter durante as gestões de outros partidos.

Mas essa é uma postura inconsequente. Assim como é inconsequente você pensar que agora que é um cara do PT que está lá nós vamos fazer greves a toda hora. É claro que vamos fazer greves, mas a prefeitura não é empresa. A empresa é aquela que lucra. O prefeito não lucra nas costas dos trabalhadores. Aí não tem a mais-valia. É outra realidade. Agora, os trabalhadores têm que ser respeitados, têm que ganhar um salário decente e a comunidade tem que dar conta disso. O sindicato deve exigir a transparência e deve ter o direito de opinar sobre tudo o que tenha a ver com os direitos dos trabalhadores. Muitas greves aconteceram por erros no relacionamento da prefeitura com os sindicatos e vice-versa. A realidade é que nós estamos vivendo um verdadeiro laboratório neste país.

Palavras-chave:

Movimento sindical; CUT; organização sindical; representatividade; pacto social; política econômica; abertura da economia.

Keywords: Organized labor movement; CUT; union Organization; representativity; social pact; economic policy; economy open.

Alvaro A. Comin é pesquisador do Cebap. Já publicou nesta revista "Identidades apressadas" (Nº 30).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 33, julho 1992
pp.129-146
